

13. CPE.11.20. DMOSM – “Variante do Cávado entre KMS 3+366.185 E 3+625.000 e regularização do rio torto entre a rotunda da Av. do Estádio e a EN 201” - Indemnização de estaleiro.

Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, da indemnização no valor de 94.792,93€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do estaleiro, da empreitada em epígrafe, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: CPE.11.20. DMOSM – “VARIANTE DO CÁVADO ENTRE KMS 3+366.185 E 3+625.000 E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO ENTRE A ROTUNDA DA AV. DO ESTÁDIO E A EN 201” - INDEMNIZAÇÃO DE ESTALEIRO

PROPOSTA: Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, da indemnização no valor de 94.792,93€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do estaleiro, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP e conforme a informação técnica anexa e demais documentos que fazem parte integrante deste processo.

A Chefe de Divisão

Anexos:

1. Pedido de indemnização;
2. Informação técnica gestor contrato.

Exmos. Senhores,
Município de Braga
Praça do Município
4704-514 Braga

Registada C/AR

| Assunto: | N.º Ref.º: | V.º Ref.º: | Data: |
|---------------------------------|--------------------|-------------|-------------------|
| <i>Sobrecustos de Estaleiro</i> | <i>GT0280/2023</i> | <i>N.A.</i> | <i>01/08/2023</i> |

CO 21/002 – “Variante do Cávado entre kms 3+366.185 e 3+625.000 e regularização do Rio Torto entre a Rotunda da Av. do Estádio e a EN 201”

Exmos. Senhores,
Os nossos cumprimentos,

Conforme é do conhecimento de V.ªs Ex.ªs a empreitada em assunto foi alvo de 5 (cinco) prorrogações de prazo por um total de 333 dias. Desses 333 dias foi acordado entre as partes que, apenas 201 teriam custos para o Dono da Obra (“DO”).

Nesta medida, considerando que a verba relativa ao Estaleiro ascende ao montante diário de 393,33€ (118.000,00€ : 300 dias), tendo em conta o prazo acrescido de 201 dias, assiste à Entidade Executante (“EE”) o direito a ser ressarcida pela quantia de 79.060,00€ (393,33€ x 210 dias).

Do mesmo modo, para além deste prazo de prorrogação a empreitada esteve suspensa por 80 dias, no período compreendido entre 16/12/2022 até 06/03/2023, situação que, tendo em conta o valor diário de Estaleiro (393,33€), conferiria à EE o direito a ser indemnizada pelo montante global de 31.466,40€ (393,33€ x 80 dias), sucede que, foi estabelecido o compromisso entre as partes no sentido de que, no período de suspensão, a verba de Estaleiro seria reduzida a metade do seu valor (196,67€/dia), situação que acarreta o recebimento, pela EE, da quantia de 15.733,33€, pelos 80 dias de suspensão.

Assim, tendo em conta as prorrogações e suspensão do prazo da obra, assiste à EE o direito a ser indemnizada pela quantia global de 94.793,33€ – o que aqui se requer para os devidos e legais efeitos.

Dito isto, face às boas relações mantidas entre as partes, ao espírito de colaboração e de coadjuvação sempre manifestado ao longo da execução desta empreitada, a EE está convicta de que V.ªs Ex.ªs terão a proficiência de aceder ao aqui solicitado, por ser justo e devido, disponibilizando-se a EE para prestar qualquer esclarecimento adicional que entendam por pertinente.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada ao assunto, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

A Administração,

Processo Obra: 2022/300.10.005/6773

Registo de entrada: E/50985 de 04-08-2023

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Informação: I/77698 de 12/09/2023

Assunto: CPE.11.20. DMOSM – “VARIANTE DO CÁVADO ENTRE KMS 3+366.185 E 3+625.000 E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO ENTRE A ROTUNDA DA AV. DO ESTÁDIO E A EN 201”

PEDIDO APRESENTADO:

A entidade executante da empreitada supracitada, apresentou, em 04-08-2023, um pedido de indemnização por prorrogação (201 dias) e suspensão (80 dias) do prazo, referente à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados preparatórios e acessórios à execução da empreitada, no valor de 94.793,33 €, calculada com base no valor diário do estaleiro, de acordo com o seguinte:

- artigo 1.1.2: $118.000,00 \text{ €} / 300 \text{ dias} = 393,3(3) \text{ €/dia} \rightarrow 201 \text{ dias} \times 393,3(3) \text{ €/dia} = 79.060,00 \text{ €}$
- $80 \text{ dias} \times 196,6(6) \text{ €/dia} (393,3(3) \text{ €} / 2) = 15.733,33 \text{ €}$

ANÁLISE:

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA, cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da **equação económico-financeira** subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Neste caso concreto, e por força das modificações objetivas do contrato, traduzidas em trabalhos complementares e prorrogações de prazo devidamente fundamentadas e aprovadas e da suspensão do prazo, por 80 dias, igualmente devidamente fundamentada, enquadrada na lei e aprovada, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

O prazo total da empreitada foi prorrogado por 201 dias, devido a trabalhos complementares e prorrogações legais.

O prazo total da empreitada foi suspenso por 80 dias.

O pedido de indemnização agora apresentado refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 281 dias (201+80) e aos restantes trabalhos incluídos no artigo 1.1.2 da lista de preços unitários.

Resultam de:

- Modificações objetivas ao contrato da empreitada: MOC1 - 66 dias e MOC3 - 45 dias e de
- Prorrogações de prazo, aprovadas, extra MOC(s): 60 e 30 dias.

Considerando o custo total previsto no contrato da empreitada para a manutenção do estaleiro, 118.000,00 €, e o prazo de 300 dias para a execução da obra, o custo diário do estaleiro é de 393,33 €, que multiplicado pelos 201 dias resulta na quantia de **79.059,33 € + IVA**.

Entretanto, a obra esteve suspensa entre 16 de dezembro de 2022 e 6 de março de 2023 (80 dias).

Dessa suspensão, tendo em conta o acordado entre o dono da obra e o adjudicatário, de se pagar metade do valor contratual, $393,33 \text{ €} / 2 = 196,67 \text{ €} / \text{dia}$, resulta a indemnização de **15.733,60 € + IVA** ($80 \text{ dias} \times 196,67 \text{ €} = 15.733,60 \text{ €}$).

Face ao atrás exposto, verifica-se que o valor da indemnização solicitada é de 94.792,93 € ($73.059,33 \text{ €} + 15.733,60 \text{ €}$), salvaguardando-se assim o prescrito no n.º 6 do artigo 282º do CCP "*A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato*".

PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, **do valor de 94.792,93 €**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como indemnização devida à prorrogação de prazo, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente registado o cabimento / compromisso.

À consideração superior.

A gestora do contrato,

Nota: A diferença entre os valores propostos pelo empreiteiro e os apresentados/calculados, devem-se a arredondamentos.